

A preparação do pessoal técnico: problema de angústia!

Está dito, está demonstrado: o capital mais precioso de um centro de documentação ou de informação científico-técnica, de uma biblioteca, de um arquivo, para lá do seu recheio, da qualidade e da quantidade da sua clientela, reside sobretudo na qualificação do seu pessoal! Quer dizer: sem bom e qualificado pessoal — pessoal superior, pessoal médio e até pessoal de rotina — nada feito! E compreende-se que assim seja. Estes organismos são delicados, carecem de pessoal muito especializado e atento a todas as evoluções que permanentemente se notam! Verificam-se, em todos os campos, desde os técnicos, aos da sociologia da comunicação, aos das fontes de referência, etc., etc.

Portanto, hoje em dia, uma das maiores preocupações dos responsáveis ao nível dos Governos é a de promover a formação de bons técnicos das bibliotecas, dos arquivos e dos centros de documentação. Momento decisivo, pois estes organismos dependem de quem os dirige, orienta, de quem faz a sua promoção em termos actuais. Sem quadros directivos, nada feito. Ou melhor: gasta-se — perde-se!... — aí dinheiro e sem quaisquer resultados palpáveis, dado que os seus responsáveis não têm idoneidade científica, técnica, suficiente para estarem à frente de organismos tão delicados. Tal como os engenheiros, os médicos, são acarinhados, também todos estes técnicos da Informação carecem igualmente de desvelo, de boa atenção e de largo apoio para cumprirem de forma cabal a responsabilidade que a sociedade lhes exige.

E em Portugal como estão as coisas? Mal, muito mal.

Vejamos o caso, em rápida síntese.

O velho Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, criado pelo Decreto-Lei n.º 26 026, de 7 de Novembro de 1935, já era caquético nas suas estruturas ao ser então instituído. Vasado nos moldes da *École des Chartes* de França, ele já, em 1935, estava vazio de conteúdo. A Faculdade de Letras de Coimbra, honra lhe seja, tem insistido junto de quem de direito pela sua renovação e actualização, mas os seus rogos, pedidos e sugestões têm-se perdido nas voltas e contra-voltas da máquina burocrática...

Pelo Decreto-Lei n.º 49 009, de 16 de Maio de 1969, estabeleceu-se o Estágio de Preparação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, que parecia vir imbuído de boas intenções. Decor-

ridos, porém, quatro anos, tempo mais do que suficiente para se verem os seus aspectos altamente negativos, a que assistimos? Que ele apenas tem dado funcionários para acorrer às vagas que vão surgindo. É pouco, pouquíssimo.

Na verdade, logo se adivinhava que o Estágio viria a dar nisto e por duas razões: 1.^a É que este estágio carece de um corpo docente estável, dedicado unicamente ao ensino, o que não se coaduna com a prestação eventual de serviços, a meios-tempos, ou à maneira de biscates-verbas assistenciais!... — ou de favores pessoais feitos a este ou àquele; 2.^a O Estágio não permitia a especialização, pois ele ainda estava na forma sincrética de um séc. XIX, em que se tratava tudo, desde a Paleografia à Informática dos nossos dias, tudo metido, à trouxe-mouxe, no mesmo saquitel...

E quanto ao pessoal médio?

Nada ainda se fez de forma regular, estável, para que ele possa dar o perfeito rendimento que tem naturalmente de demonstrar. Assim ele entra hoje num estabelecimento do género e nada sabe. É aí que se faz, bem ou mal, conforme o ensinarem. Temos, pois, como há muito se insiste igualmente, de criar cursos regulares que depois dêem ingresso em bibliotecas, arquivos, centros de documentação. É claro que paralelamente se terá de rever a própria carreira destes servidores que deve ser definida, articulada em vários escalões de forma a permitir a selecção dos melhores.

Temos, no entanto, como primeiro prenúncio, embora débil, os cursos que se fizeram no presente ano para os técnicos auxiliares das bibliotecas das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, que constituíram uma forma de selecção para escolher os melhores e, ao mesmo tempo, foram também uma primeira fase de reciclagem. A iniciativa teve êxito. Merece ser considerada, embora em novos moldes, e por isso o Despacho conjunto dos Ministros do Ultramar e da Educação Nacional, publicado no Diário do Governo, I série, de 18 de Junho de 1973, cria um estágio de habilitação especialmente para o pessoal técnico de nível médio das bibliotecas universitárias de Luanda e Lourenço Marques, tornando-o extensivo também ao pessoal das bibliotecas e arquivos dos Institutos de Investigação de Angola e Moçambique.

Não é ainda o desejável, mas são os primeiros e firmes passos para a meta que se almeja — a criação de cursos regulares de preparação para o pessoal técnico de nível médio daqueles organismos.

E quanto ao pessoal superior, como sair do impasse presente — Curso da Faculdade de Letras de Coimbra velhíssimo, desactualizado, e Estágio de Preparação do Ministério da Educação Nacional sem valor técnico profissional?

Só vemos uma solução: criar com a maior urgência possível licenciaturas em Ciências Documentais nas Universidades do País, dotando-as de corpo docente à altura, regular, dedicando-se unicamente ao magistério, sem dispersões por aqui e ali. Ser-se-á aí professor em pé de igualdade como qualquer outro de nível superior, com carreira docente definida, acessos regulares — e sem complexos de superioridade ou de inferioridade... Se não se adoptar com firmeza esta decisão, então as coisas irão de mal a pior, com as consequências que agora ainda se vão disfarçando, mas que daqui a anos cairão sobre nós todos como cataclismo implacável. E pouco viverá, pouquíssimo, quem não vir tal catástrofe. E não se enjeitem, depois, responsabilidades!...